

Violência e religião um paradoxo que Permeia as Doutrinas Cristã e Islâmica

Lucas da Silva Luiz Bezerra

(Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG/ lucas_bezerra86@hotmail.com)

A motivação primeira dessa comunicação é retomar questões abertas durante a nossa formação acadêmica, quando privilegiamos o campo da análise teórica sobre a guerra como eixo de uma reflexão sobre a construção do universo medieval.

A memória, nos lembra Michel de Certeau, “(...) é feita de estilhaços particulares(...)”. Ora. Os estilhaços tem a propriedade de se espalhar ao longe e aparecer onde não esperamos encontrá-los. Uma pesquisa sistemática permite reunir alguns, mas escapa sempre fragmentos dispersos, daí resultar extremamente convencional apresentar o período medieval como uma época particularmente assinalada por conflitos bélicos.

Todo o medievo, em efeito, foi pródigo em enfrentamentos militares dos quais os testemunhos narrativos de época deixaram uma extensa referência. Entretanto, não há dúvidas que a maior força dos reinos, a tendência para a constituição de exércitos permanentes e uma maior capacidade mortífera do armamento, fazem da Guerra um fenômeno marcante, segundo Honoré Bovet em sua obra, “*Árvore das Batalhas*”, quando assinala a constância e a crueldade das guerras, dizendo que não havia nenhum lugar da Cristandade, por muito pequeno que fosse, que gozasse de uma verdadeira paz.

Todas as atividades da vida cotidiana medieval dispunham de uma espécie de homologação mística. O ideal da vida cristã na medievalidade é um estilo de vida heróico, caracterizado por uma série de esforços prodigiosos e uma procura do recorde, como o exemplo do cavaleiro que deveria superar-se incessantemente, executando sempre novas proezas. De forma que nenhuma época tomou mais a sério do que a Idade Média, a máxima evangélica “*O Reino dos Céus sofre violência*”. Toda a espiritualidade medieval está concentrada sobre o signo do combate e da luta, enquanto superação de esforços individuais e coletivos. A guerra, obviamente, não se livrou desse processo mental. A vida era

apresentada como uma forma de enfrentamento que serviria de preparação para a vida post-mortem.

Segundo Georges Duby, os historiadores não prestaram suficiente atenção a um campo de investigação que promete ser fecundo: as atitudes e representações mentais. Na verdade, não é a medievalidade, acima de tudo, um estado de espírito, esse complexo psicológico que se forma através do mundo dos guerreiros e que, pouco a pouco não só define como constrói a noção de uma tradição cavaleiresca? Tomando consciência, primeiro, da superioridade de um *status* caracterizado pela especialização militar e que pressupõe o respeito por certas obrigações morais, como a prática de certas virtudes, como a idéia associada ao fato de que as relações sociais se organizam em função do companheirismo do combate; noções de homenagem, de dependência pessoal e de solidariedade fraterna.

Como a época medieval foi caracterizada pela insegurança e pela violência, os homens transpuseram seus hábitos e suas preocupações de todos os dias para o campo religioso. Segundo abordagens recentes, ao apresentar a vida religiosa antes de tudo como um combate incessante contra o “inimigo antigo”, a espiritualidade medieval encontrou grande eco no seio de uma sociedade guerreira. Cujas ética profana privilegiava os valores de luta. A própria estrutura do ofício monástico respondia a um desígnio de luta contra as forças do mal, às quais os monges tentavam arrancar as almas dos fiéis defuntos, através de uma prece constante e intensa. Nessa perspectiva, a liturgia cristã, em seu contexto simultaneamente faustoso e solene, representaria a sublimação das pulsões agressivas da aristocracia leiga, que só renunciava à violência física para lutar no combate religioso. O cavaleiro que entrava no mosteiro abandonava seu cavalo e sua espada, mas era para empunhar armas espirituais mais eficazes do que as do mundo profano.

O Cristianismo primitivo condenava toda guerra, toda a violência. A guerra, sempre má e ilícita, é uma temeridade. Nos primeiros cristãos estão bem presentes as palavras do Cristo a Pedro no Jardim do Monte das Oliveiras “(...) *Guarda tua espada! Pois todos os que tomarem da espada morrerão à espada (...)*”.

Entretanto, Santo Agostinho não hesita em defender o uso das armas em **Cidade de Deus**: “(...) *Á voz de Deus, ou por ordem de qualquer outra autoridade legítima, podem-se empreender certas guerras em defesa da justiça (...)*”. O Bispo de Hipona é o primeiro a

esboçar uma teoria da Guerra Justa, ainda segundo as suas palavras: "(...) *Se chamam justas as guerras que vingam as injustiças, quando um povo ou um estado, sofrem a guerra, descuidando o castigo dos crimes e a restituição do que tinha sido arrebatado por meio dessas injustiças(...)*" , porém, a guerra justa não se limita apenas a uma ação punitiva, se propõe sobretudo, a reparar a injustiça, é nesse contexto que a Cristandade toma consciência da necessidade de defender-se por meio das mesmas armas utilizadas por aqueles que a atacavam.

O Cristianismo militarizou-se. Não apenas os teólogos começaram a exaltar a guerra como algo inevitável, como também padres, abades, bispos e até papas, principiaram a usar armaduras e à conceberem operações e estratégias militares. O apogeu desta fusão da Guerra com a Religião encontrou no Concílio de Clermont, em 1095, o seu auge. Ainda, seguindo as reflexões de São Bernardo, a noção de Guerra Justa não pode ser outra coisa que um mal menor, que há de se utilizar o menos possível, pois entre os Cristãos, a Guerra só é justa quando há ameaça à unidade da Igreja, como o exemplo da guerra contra os judeus, os heréticos, os infiéis muçulmanos.

Da noção de Guerra Justa, os pensadores medievais conceberão, de maneira progressiva, a noção de Guerra Santa. Por excelência e definição essa guerra é feita para defender o verdadeiro Deus, a verdadeira fé, segundo a óptica cristã. A preposição da Guerra Santa requer uma verdadeira conversão interior (algo muito similar ao conceito de Jihad, presente na tradição islâmica).

O fiel cristão não se limita a obedecer as regras, ele combate por Cristo e morre pela sua própria salvação, uma vez mais recorremos as palavras de Bernardo de Claraval quando diz: "(...) *Quando mata um malfeitor, não comete um homicídio, porém, me atreveria dizer, um malicídio. Vinga a Cristo dos que fazem; defendem os cristãos . Se o matam, não perece, consegue seu objetivo. A morte que inflige vai em proveito de Cristo, a que recebe, em seu próprio(...)*".

Os acontecimentos que levaram às Cruzadas, relacionando muçulmanos e cristãos de forma inédita, obrigaram a articulação, por parte da Igreja, para a guerra. Particularmente a tomada de Jerusalém já vinha excitando a consciência e as emoções cristãs desde algum tempo. Daí as continuadas lamentações dos peregrinos, a pregação apaixonada de Pedro, o eremita, novos apelos de Constantinopla e, finalmente, ao convocação do Papa Urbano II.

O apelo do papado suscitou um poderoso movimento em favor da libertação do túmulo de Cristo. Ao mesmo tempo, conferiu ao uso das armas, tarefa específica da classe feudal, o caráter de uma ação religiosa, fazendo dele o instrumento de uma restauração cristã e da propagação da fé. Com as Cruzadas, a luta contra os infiéis, e mais tarde contra os heréticos e outros inimigos da Igreja, o apelo de Clermont, oferecia-se como uma chance à aristocracia para assegurar a sua salvação, sem renunciar à sua vocação militar.

A concepção da Cruzada como Opus Dei, conferindo à ação guerreira um papel ativo na vida da Igreja, nos seus múltiplos e complexos aspectos, tem desde há muito captado a atenção dos medievalistas, sendo vastíssima a quantidade e variedade de títulos existentes sobre esta temática, para nosso enquadramento, e no que respeita, sobretudo à factologia política e militar, remetemos para as interpretações de Jean Flori, entre os mais recentes estudos disponíveis.

Ao tempo da realização das cruzadas, a crença de que o islamismo era uma religião pagã estava profundamente enraizada na mentalidade coletiva, para o homem medieval cristão, os muçulmanos são vistos como idólatras que adoravam a imagem do seu deus, Maomé, concepção resultante da propaganda anti-islâmica desencadeada pela Igreja e cristalizada nas canções de gesta, as quais desempenharam um papel preponderante na difusão junto dos leigos, com efeito, os seguidores do Islã são entendidos como um potencial inimigo, tanto na perspectiva político-militar, contextualizada pela dinâmica inerente aos processos da Cruzada e da Reconquista da Península Ibérica, como na religioso-ideológico, que justifica, legitima e enquadra a primeira. Na realidade, ao ser identificado como o adversário da Cruz e o inimigo de Cristo, atribui-se, pela introdução do elemento religioso, uma maior amplitude valorativa aos designativos étnicos mencionados.

Nesse sentido, ao ser inimigo da religião cristã o muçulmano é adjectivado com atributos negativos, salientando-se a sua crueldade no modo como torturava e matava os cristãos. Identificados como inimigos, seja pela ausência de princípios religiosos sejam pelas cruéis atrocidades com que atormentavam os cristãos, os muçulmanos, são por tais razões, apontados como aqueles que em primeiro lugar desencadearam a guerra, os agentes provocadores da violência, com efeito, na Cristandade latina medieval considerava-se o Islã como uma religião que pregava a guerra e admitia o uso da violência para impor o seu credo aos novos territórios conquistados, contrariamente ao Cristianismo, que se expandira

de forma “pacífica”. Contudo, se é verdade que desde as suas origens, o Islã tenha integrado a prática da guerra no seu corpo doutrinário, procedendo-se à codificação da doutrina clássica da Jihad entre os séculos IX e XI, também o próprio Cristianismo acabou por integrar, de forma gradual, a guerra nos seus valores doutrinários, como veremos as Cruzadas como o melhor exemplo ,

O Cristianismo era naturalmente avesso ao panteão pagão e suas divindades guerreiras, mas seu imaginário enriqueceu-se muito cedo, por intermédio do culto dos santos, de figuras bem assimiláveis a essas divindades. Além disso, através do Novo Testamento, era fácil remontar a antiguidade bíblica para aí encontrar ass mais claras, as mais abundantes justificações do direito de fazer guerra. O cânon cristão apresenta inúmeros exemplos sobretudo em Paulo de Tarso, apóstolo que emprega muito a terminologia militar em sentido figurado, a vida militar que conheceu tão bem, representada sobretudo por legiões romanas, forneceu-lhes inúmeras comparações e aplicações espirituais à vida cristã. Assim, por exemplo, aos cristãos da cidade de Corinto escrevia que: “ (...) *não militamos segundo a carne. As armas da nossa milícia não são carnis e sim poderosas por Deus para arrasar fortificações(...)*. Aos Efésios sugere que se armem completamente como soldados para travar os combates de Deus “(...) *a nossa luta não é contra forças humanas (...) é preciso arma-se como soldado para a luta;*” *tomai a armadura de Deus(...) ficai alerta, cingidos com a verdade, o corpo revestido com a couraça da justiça e os pés calçados(...)*. *Empunhai a todo o momento o escudo da fé com o que podereis inutilizar os dardos inflamados do maligno. Tomai o capacete da salvação e a espada do espírito, que é a palavra de Deus.(...)*”

Mais ainda, o autor da carta a Timóteo, recomenda: “(...) *suporta comigo os trabalhos como bom soldado de Jesus Cristo. Nenhum soldado pode implicar-se com os negócios da vida, se quiser agradar a quem o alistou*. Por fim , conclui com o enunciado lapidar que serviu de mote para os cavaleiros medievais; “(...) *combati o bom combate, terminei minha carreira(...)*” .

O guerreiro cristão medieval tomava ao pé da letra a expressão “Deus dos Exércitos”, aplicada a Jeová, e se rebatizava como israelita, desde que o inimigo que atacava pudesse passar por inimigo da religião, como exemplificação, São Miguel, chefe das milícias celestes, muito naturalmente transformava-se em divindade guerreira e, os santos que, em

sua vida terrestre, haviam sido soldados, eram particularmente considerados pelos soldados cristãos tanto no Oriente como no Ocidente.

Era menos a firmeza do mártir do que a bravura do guerreiro o que se exaltava, os exemplos são variados, temos um São Jorge, Um São Sebastião, entre outros. Esse soldado cristão transforma-se-ia tão bem em Soldado de Cristo que, longe de gozar em paz as beatitudes celestes, iria descer à terra e tomar parte em combates, que não eram absolutamente espirituais nem simbólicos.

Ao lado dessas variações do ideal religioso, que se poderia, a exemplo dos historiadores da economia, qualificar de conjunturais, encontra-se na história da espiritualidade medieval movimentos de longa duração, cuja existência se evidencia, logo que se toma um pouco de distanciamento em relação aos fatos e as doutrinas.

Em suma, para concluir, acreditamos que a presença de um ideário cruzadístico, ele próprio um processo dinâmico, em construção e reconstrução sucessivas sob a influência das traumáticas experiências vividas pelos cruzados e das conjuturas político-militares tanto do Ocidente como do Oriente, deduz- que as motivações apresentadas para o confronto com o Islã e as representações ideológicas dos antagônicos beligerantes que nele participavam, adquirem o sentido de uma luta global pela cristandade de conferir uma visão mais apocalíptica aos combates, numa total e radical oposição do universalismo cristão ao islâmico.

Para encerrar a nossa fala, gostaríamos de clarificar que todo o nosso trabalho é o reflexão inicial e, portanto, ainda limitada, de investigação em busca de uma maior aprofundamento teórico e conceitual dos vários aspectos da delimitação do nosso objeto de estudo, tendo em vista uma possível monografia, como requisito para conclusão de curso, em função da disponibilidade de tempo nos vimos obrigados a apresentar uma síntese e uma visão ampla e conjuntural. Muito obrigado!

Referências bibliográficas

Teixeira, Alfredo; **Carreira**, Joaquim da Neves; **Jacinto**, José Ferreira de Farias; **Stilwell**, Peter.2002 – Religião e Violência, universidade católica Portuguesa – Lisboa, Paulu's Editora.

Clara Lucchetti, Maria Bingemer,2002 – Violência e Religião, 2º edição , Editora PUC-Rio.

Partner, Peter,1998 – God of Battles: Holy wars os christianity and islan, Editora Princeton University Press.